

## Geoprocessamento na subdivisão intramunicipal do Rio Grande/RS: auxílio para ações governamentais e disseminação para o conhecimento popular

Anna carolina pinheiro torna<sup>1</sup>, Bruna Cavalcanti Gauterio<sup>2</sup>, Carolina Larrosa de Oliveira Claro<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Autor(a)/Apresentador(a), <sup>2</sup>Coautor(a), <sup>3</sup>Orientador(a)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Rio Grande.  
Rio Grande, RS

Esta ação faz parte do projeto SITRG. Este projeto existe desde o ano de 2018 no campus Rio Grande e está vinculado ao curso técnico de Geoprocessamento, desenvolvido em parceria com a prefeitura municipal do Rio Grande. o município do Rio Grande passa por atualização da sua obra cadastral, e precisava ter suas informações unificadas em uma única base cartográfica. A divisão intramunicipal, caracterizada pela divisão de um município em áreas ou regiões menores dentro de seus limites geográficos, auxilia o gestor na identificação de riscos e áreas prioritárias, bem como na padronização do território. Essa subdivisão deve ser amplamente divulgada para que a comunidade se reconheça nela e perpetue o sentimento de pertencimento. Recentemente, em 2022, a Prefeitura do Rio Grande criou uma lei (LEI Nº 8.917) para redefinir as zonas e localidades. Contudo, a novidade ainda não é amplamente conhecida, demandando tempo e compartilhamento de informações. Diante disso, esse trabalho busca apresentar algumas maneiras de disseminar a informação para a comunidade local e para os gestores sobre o ajuste de localidades e as características associadas à elas proporcionadas pelo Geoprocessamento. Os procedimentos metodológicos partiram da parceria do projeto Sistema de Informação Territorial de Rio Grande (SITRG), em parceria com o projeto Geotecnologias na Gestão Municipal, durante a pandemia de COVID-19 desempenhou um papel fundamental nesse processo, que durou nove meses, entre 2020 e 2021, durante a pandemia. Realizaram-se reuniões semanais para discussão e apresentação da divisão, e a equipe interna dos projetos trabalhava no restante dos dias com a delimitação das localidades no ambiente usando o programa de Sistema de Informações Geográficas (SIG) chamado QGIS, o qual é livre e gratuito. A equipe de geoprocessamento contribuiu identificando áreas similares e que convergiam com a malha vetorial de setores censitários, criando então arquivos vetoriais correspondentes às localidades de acordo com a nova lei e diante disso elaborou-se o produto cartográfico para todo o município e criando mapas para a nova lei. Para tornar a nova divisão acessível à comunidade e aos gestores, propôs-se a criação de um mapa online dinâmico, que descreverá cada localidade, seus serviços, espaços públicos e indicadores sociais. Coletaram-se informações sobre educação, saúde e assistência social, com a caracterização em curso. Atualmente, o trabalho encontra-se em fase de execução e para tornar a nova divisão acessível à comunidade e aos gestores. Espera-se compreender as características de cada localidade podendo então direcionar ações assistenciais mais efetivas e que essa iniciativa apresente a nova divisão à comunidade e ofereça uma ferramenta valiosa aos gestores para compreender as características de cada localidade.

**Palavras-chave:** divisão intramunicipal; mapa dinâmico; localidades

**Trabalho executado no:** Edital PROEX nº 02/2023 – AUXÍLIO INSTITUCIONAL À EXTENSÃO 2023, Edital PROEX Nº 11/2023 – EDITAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA AÇÕES DE EXTENSÃO PROPOSTAS POR ESTUDANTES DO IFRS, Edital PROEX nº 03/2023 – Registro de ações de extensão sem auxílio financeiro – Fluxo Contínuo Permanente, Edital Nº 1/2023 – PROEX-REI – Edital de Fomento Externo Permanente de Extensão, aprovados pela Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE).